

HEGEMONIA COMO VIA DE ACESSO AO PENSAMENTO DE GRAMSCI: UM FOCO NA REVOLUÇÃO PASSIVA

(Re)lendo Gramsci: da novidade teórico-política marxista do século XX à fecunda via analítica dos enigmas do poder no século XXI

Final da década 1970/ início dos anos 80: viviam-se na cena brasileira processos de democratização que se afirmavam com o declínio da ditadura militar e seu tempo de arbítrio e de repressão. A democratização apontava na perspectiva da ampliação da política, conquistada nas múltiplas formas de luta que marcam, em nossa história recente, o momento chamado de *rearticulação da sociedade civil*.

É neste cenário sócio-político que o pensamento de Antonio Gramsci começa a ser amplamente estudado e discutido, conhecendo expressivo crescimento no curso da década de 1980. Na ótica do tradutor de suas obras e um dos maiores difusores de Gramsci no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, em capítulo de livro publicado em 1988:

Gramsci conquistou um espaço próprio na vida intelectual brasileira, tornando-se uma força viva e um ponto obrigatório de referência no complexo processo

ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO*

RESUMO

Este artigo integra um empreendimento coletivo para estudo do pensamento de Antonio Gramsci, em busca de pistas para analisar enigmas do poder na vida contemporânea. Tendo como referência central o conceito de hegemonia, deste pensador, faço uma (re)leitura da sua obra. Retomo, assim, estudos que realizei nos anos 1980, reafirmando, aqui, uma interpretação de hegemonia como direção e domínio, envolvendo consenso e força, no contexto de relações inter classes e entre classes. Focalizo, também, o conceito de revolução passiva como uma estratégia dos dominantes para absorver movimentos e lutas democrático-populares que ousem ameaçar o seu poder.

ABSTRACT

This article makes part of a collective effort for the study of the thought of Antonio Gramsci, in the search for clues to analyze power enigmas in contemporary life. Having as a central reference the thinker's concept of hegemony, I embark on a (re)reading of his work. I recover, thus, studies I had concluded in the 1980s, by reaffirming an interpretation of hegemony as both direction and dominion, involving consensus and force, in the context of within and between class relations. I focus, also, on the notion of passive revolution as a strategy of the dominators to coopt movements and democratic-popular struggles that dare to challenge its power.

* Doutora em Sociologia; professora do Departamento de Ciências Sociais da UFC; autora do livro "A Questão da Transformação e o Trabalho Social: uma análise gramsciana".

de renovação teórica e política que hoje [década 80] envolve a esquerda brasileira (1988:105).

À época, mais precisamente 1979/1980, mestrande de Serviço Social na PUC-RJ, tomei contato com as obras gramscianas que me abriram um instigante horizonte de análise. Como pesquisadora da produção de Serviço Social centrada na questão da transformação social – *trabalho social* – encontrei em Gramsci um fecundo caminho para pensar / repensar as possibilidades de contribuição de uma prática profissional que trabalha o "social" no processo político de transformação da sociedade. E, assim, expressava, ali, o meu argumento central:

Para Gramsci, a transformação do modo de produção não se faz apenas no econômico e pelo econômico, nem tampouco, é fruto exclusivo da vontade revolucionária. A transformação social é concebida como um processo global que se faz simultaneamente no terreno econômico e ideológico, através da luta política. É na atividade política enquanto atividade que faz o

nexo orgânico entre o econômico e o ideológico que se desenvolve a ação transformadora das relações sociais (CARVALHO, 1983: 31)

Mergulhei, com paixão e enorme paciência, no universo teórico-político de Gramsci, procurando desvendar o seu tecido analítico. E compreendi que a teoria gramsciana da transformação social estava consubstanciada sobremodo na sua discussão sobre *hegemonia*. A rigor, a noção de hegemonia constitui um dos pilares conceituais do pensamento de Gramsci.

Com este “fio condutor” no decifrar da obra gramsciana, estudei o conceito de hegemonia nos seus livros então disponíveis em português: *Introdução à Filosofia da Práxis; Concepção Dialética da História; Maquiavel, a Política e o Estado Moderno; Os Intelectuais e a Organização da Cultura; e Alguns Temas da Questão Meridional*. Simultaneamente, percorri vias interpretativas de estudiosos do pensamento gramsciano: Christine Buci-Glucksmann; Nicola Badaloni; Hugues Portelli; Luciano Gruppi; Jean-Marc Piotte; Maria Antonietta Macciocchi e Miriam Limoeiro Cardoso.

Fui construindo, assim, uma interpretação do que denominei *A Teoria Gramsciana de Transformação Social*, apresentando-a como primeira parte da minha dissertação de mestrado, depois publicada, em 1983, pela Cortez Editora, com o título *A Questão da Transformação e o Trabalho Social – uma análise gramsciana*. Como eixo estruturante desta interpretação, sustento uma tese: *em Gramsci, hegemonia é concebida como direção e domínio de classe na relação dialética consenso/força*. Em verdade, hegemonia exige a adesão em torno de uma classe, seja por suas frações de classe, seja por outra classe, implicando dois processos a se complementarem: *coesão por oposição no interior da própria classe; domínio na relação entre classes*.

Esta visão da hegemonia em Gramsci como direção e domínio é contestada por Carlos Nelson Coutinho, em seu livro *Gramsci – um estudo sobre*

seu pensamento político, publicado em 1989. Nesta obra, Coutinho reafirma sua interpretação gramsciana da *hegemonia* como *direção política, consenso, na busca de aliados*. Em suas palavras:

(...) *no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua Hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso* (COUTINHO, 1989: 77).

Argumenta que o *domínio* se efetiva em processo específico de exercício de uma *ditadura* mediante *coerção*, desenvolvido por meio da *sociedade política* (COUTINHO, 1989).

Assim, em uma nota, no capítulo 5, da referida obra, Carlos Nelson Coutinho situa esta minha interpretação de hegemonia como “*síntese da ditadura e do consenso*”, assumida por Perry Anderson, em capítulo do livro *As antinomias de Gramsci*. E afirma ser esta uma “equivocada concepção de Hegemonia” (COUTINHO, 1989: 87). Abre-se, assim, uma polêmica a exigir (re)leituras e debates.

Nas últimas décadas, o Brasil vem se constituindo na confluência contraditória de dois processos básicos: a democratização e a inserção do país na nova ordem do capital, no âmbito do que se convencionou chamar “ajuste estrutural brasileiro”¹.

Em meados da década de 90, então cursando o doutorado em Sociologia na UFC, mergulhei, com profundidade, no tecido sócio-político da vida brasileira, pesquisando o processo de inserção do país na nova ordem do capital. Num cuidadoso esforço investigativo, focalizei o meu olhar no processo da “história brasileira se fazendo”, tentando acompanhar o ritmo cotidiano da experiência de ajuste. Buscava, assim, responder a uma demanda histórica de análise, tentando compreender as redefinições do capitalismo nos circuitos da mundialização do capital.

Ao longo do percurso desta incursão analítica no cenário contemporâneo, fui formulando

um conjunto de questões, materializando inquietações, perplexidades e dilemas.

Em ricos momentos de discussões e reflexões, compartilhei estas questões com o sociólogo Lucio Oliver Costilla - então professor visitante do Departamento de Ciências Sociais da UFC - nascendo a idéia de ministrarmos, juntos, uma disciplina no âmbito da Sociologia Política, tendo como eixo temático "Gramsci e a Globalização". Definimos como questão deflagradora de estudos: *Considerando as transformações do cenário contemporâneo nos percursos da mundialização do capital, até que ponto as formulações de Antonio Gramsci abrem vias fecundas de interpretação para as ciências sociais, hoje?*

A disciplina, oferecida a estudantes do mestrado e do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, no 1º período letivo de 2003, congregou um grupo que, de fato, assumiu conosco a proposta de estudo sobre o pensamento de Gramsci, construindo um processo investigativo em torno do pensamento de Gramsci. Neste empreendimento de leituras e debates, contávamos com um precioso instrumento para adentrarmos, com propriedade, na construção teórico-histórica gramsciana: a edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere*, organizada por Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Marco Aurélio Nogueira e de Luiz Sérgio Henriques, em uma coletânea de 6 volumes, publicada pela Civilização Brasileira².

Assim, no cenário de transformações contemporâneas, no âmbito de um novo momento do capitalismo, comecei a fazer uma (re)leitura do pensamento de Gramsci. Em verdade, é uma leitura da maturidade, marcada por duas condições favoráveis: - a interlocução permanente com Lúcio Costilla e o debate semanal com mestrandos e doutorandos que cursavam a disciplina, assumindo-a como um processo de pesquisa; o estudo na nova edição dos *Cadernos do Cárcere*, tendo em seus seis volumes uma configuração integral da obra gramsciana em seus 29 cadernos temáticos, então, bem diferente da década de 70/80, quando

os leitores de Gramsci dispunham apenas do acesso a determinadas partes dos Cadernos, organizadas em determinadas obras básicas.

Ao longo do 1º período letivo de 2003, empreendi uma (re)leitura da obra gramsciana, trabalhando, de forma sistemática, três volumes específicos da "nova edição": *Introdução ao estudo da filosofia*; *A filosofia de Benedetto Croce* (volume 1); *Notas sobre o Estado e a Política* (volume 3); *O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália* (volume 5).

Nessa leitura, focalizei especificamente, a construção do processo hegemônico, reafirmando, em relação a esta nova edição, a perspectiva da hegemonia como direção e domínio, tecida nas relações interclasses e entreclasses. Adentrando em determinados "cadernos especiais" da reflexão gramsciana do cárcere, fui consolidando esta visão de hegemonia na articulação do consenso e da coerção. E, de fato, acredito ser esta a grande novidade gramsciana: pensar a conquista do poder de uma classe na sociedade capitalista nesta articulação dialética da persuasão e da coerção.

Esta concepção de *hegemonia* abre uma via fecunda para *decifrar os enigmas do poder no século XXI*: uma sociedade mediática, eivada de ideologia sob a alegativa do não-ideológico; uma sociedade na qual as guerras – recurso limite da força – constituem uma alternativa de afirmação do poder da considerada "potência hegemônica"; uma sociedade em que tempo e espaço virtuais impõem formas novas de sociabilidade; uma sociedade que se configura como um sistema-mundo no qual tudo é mercadoria, sustentando-se em uma sede inesgotável de consumo; uma sociedade que funciona e se mantém fazendo "descartáveis" amplos segmentos de trabalhadores que não se indignam e não se mobilizam; uma sociedade permeada por violências que se banalizam e se naturalizam no dia-a-dia; uma sociedade com uma crescente população excluída de uma vida digna, com formas perversas de inclusão; uma sociedade que manipula desejos, sonhos, cria necessidades, "formata" pessoas, integrando-as aos circuitos do capital; uma

sociedade na qual se vivencia a generalização de uma democracia em crise; uma sociedade em que segmentos “marginais” começam a ocupar a cena pública, reivindicando o direito à igualdade e à diferença; uma sociedade na qual se constituem novos direitos, ampliando o horizonte de cidadania; uma sociedade que cria movimentos em redes que se organizam em torno de uma causa comum, para além das demarcações geográficas; uma sociedade que começa a articular espaços globais de resistência à dominação do capital.

Enfim, a concepção de hegemonia gramsciana se mostra contemporânea como via de reflexão e debate, apontando alternativas para o (re)pensar do “fazer político” em meio às mudanças, perplexidades e tensões do nosso tempo. Assim, ganha atualidade o pensamento de Togliatti: a ciência a que nos reenvia a obra de Gramsci, não é uma ciência de evasão que abandona e olha do alto os deveres da luta imediata, mas é continuação, expansão de um combate político que compromete todas as pessoas, todas as capacidades, a sua liberdade, a sua própria existência.

Essa visão gramsciana, ampla, de hegemonia, na tessitura da persuasão e da coerção, da ideologia e da força, da direção intelectual-moral e do domínio parece delinear um horizonte para a luta política neste momento, marcado por uma incerteza teórica e política na perspectiva da superação do capitalismo³.

Em verdade, o pensamento de Gramsci - constituído na reflexão permanente da história passada e da história presente - é plenamente contemporâneo no seu fio condutor: *a busca de caminhos para a construção do socialismo no Ocidente*.

Cercando um campo analítico: notas introdutórias

Antonio Gramsci, militante revolucionário e pensador marxista italiano do século XX,

construiu a parte mais expressiva do seu pensamento – o seu legado teórico-político para gerações – nos cárceres do fascismo de Mussolini. De fato, é uma “obra do cárcere”, produzida no decurso de 6 anos – de 1929 a 1935⁴ – em meio aos tormentos da prisão e às debilidades da doença, sustentada na paixão política de deixar uma obra “para a eternidade”⁵ que decifrasse os labirintos do poder, iluminando caminhos para a construção da Revolução Socialista no Ocidente⁶. No seu trabalho intelectual, Gramsci efetiva plenamente o nexo essencial entre teoria e política: a práxis fecundava o seu pensamento, o ardor revolucionário movia-o a sistematizar reflexões em busca de vias revolucionárias, no século XX, em sociedades com peculiaridades ocidentais.

A preocupação com a chamada questão do poder atravessa o pensamento de Gramsci, desde a juventude – em sua produção, sobretudo jornalística, até a maturidade nos escritos do cárcere⁷. É perseguindo o desvendamento dos enigmas do poder que Gramsci constrói a sua concepção de hegemonia, de fato, o eixo central dos *Cadernos de Cárcere*.

Inegavelmente, nos seus estudos sobre o poder, consubstanciados na análise da hegemonia, Gramsci, desenvolvendo reflexões a partir de Marx, introduz inovações na teoria política do século XX, abrindo uma fértil via de pesquisa: o *poder relacional*⁸. Especificando-se o conceito de hegemonia, tem-se configurada a tese segundo a qual o poder não é uma “coisa”, mas processo construído nas relações. A rigor, para tratar de hegemonia Gramsci toma como referência relações no interior das classes e entre as classes, examinando relações de direção e de domínio de classe sobre grupos afins, ou de classes sociais entre si⁹.

A noção de hegemonia gramsciana é uma contribuição analítica que atravessa o século XX e mantém sua atualidade no século XXI. Para adentrar na dimensão inovadora e original desta análise, cabe fazer algumas demarcações introdutórias.

No decifrar dos enigmas do poder na perspectiva da hegemonia, o foco analítico de

Gramsci está centrado nas sociedades capitalistas complexas, nas quais a dominação burguesa se efetiva via ditaduras, mas, sobretudo, através da forma mais eficaz de domínio político da burguesia: a República Parlamentar. É esta a forma sob a qual a burguesia, no seu conjunto, exerce o domínio através do Estado e das suas instituições representativas. Este esforço da reflexão gramsciana em desvendar os processos de hegemonia da burguesia se dá no sentido de delimitar a via mais eficaz para a construção da hegemonia da classe dominada nas sociedades ocidentais, especificamente na sociedade italiana.

Ao mergulhar no desvendamento da hegemonia em sociedades ocidentais, Gramsci quer delimitar um caminho peculiar para a construção da hegemonia do proletariado, convicto da capacidade orgânica das classes trabalhadoras de construir a nova “civiltá”. Esta empreitada reflexiva de Gramsci é a expressão da sua busca de uma via para o socialismo no Ocidente, de uma alternativa para o processo revolucionário de massa. Movido pela paixão política e amargando a derrota do movimento operário e de socialistas e comunistas italianos, batidos pelo fascismo de Mussolini, Gramsci assume, no início do século XX – pós 1ª guerra mundial e nos aprisionamentos do marxismo vulgar da II Internacional – o desafio de chegar a uma concepção de revolução que atendessem às especificidades das sociedades do Ocidente:

*(...) [sociedades] em que havia entre Estado e sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas*¹⁰.

Nas tematizações sobre hegemonia, consubstanciadas numa concepção inovadora no âmbito do marxismo, Antonio Gramsci retoma

Lênin, procurando resgatar das posições leninistas aspectos políticos e históricos que apontem para novos rumos¹¹. Assim, atribui a Lênin a elaboração teórica da hegemonia, afirmando que o princípio teórico-prático da hegemonia é a maior contribuição teórica de Ilitch (Lênin) à filosofia da práxis. Gramsci parte, então, de um conceito de hegemonia de origem leninista, reformulando-o e enriquecendo-o¹². De acordo com Ingrao,

(...) nas posições de Gramsci já existe algo que não só ‘seleciona’ determinados aspectos do leninismo, privilegiando-os diante de outros, mas que também ‘força’ o sentido deles e os desenvolve. Ele encaminha uma inovação em relação a Lênin, mas sem abandonar o patrimônio positivo contido no leninismo (INGRAO, 2002).

Em verdade, Gramsci, ao longo de todo o seu pensamento, estabelece um diálogo com Lênin, caminhando, de forma criativa, em trilhas leninistas, trazendo aportes de pensadores italianos, numa ousada tessitura de história e política, o que resulta numa análise original cuja vitalidade vem atravessando tempos. Parafraseando Cogniot, eu diria que se tem “em Gramsci os traços de um discípulo de Lênin verdadeiramente criador” (COGNIOT, 1978).

Na decifração da criação teórico-política gramsciana em busca de sua interpretação do poder, uma “chave de leitura” fundamental é considerar a sua permanente interlocução com outros pensadores italianos. Assim, Gramsci constrói uma ousada contribuição (re)trabalhando, no horizonte do marxismo, aportes de Maquiavel, Vico, Fabriola, Croce, Sorel, Fortunato, Gentile, Bordiga. Particularmente, faz de Benedetto Croce um dos seus maiores interlocutores, numa polêmica permanente e criativa. A rigor, é impossível querer compreender Gramsci sem considerar Croce; ou seja, Croce está na vigorosa crítica de Gramsci, permeando toda a sua obra.

Nessa original tessitura do pensamento italiano, na lógica marxista, a produção gramsciana tem uma marca indelével: *a vinculação orgânica entre política e história*. Assim, acompanhando o percurso interno do raciocínio de Gramsci, percebe-se, com nitidez, a *cautela expositiva* que privilegia *hipóteses interpretativas*, ao invés de esquemas generalizantes, induzindo à caracterização de um procedimento tipicamente gramsciano: de um fenômeno definido como um paradigma interpretativo mais geral, que, por sua vez, deve ser verificado concretamente à luz de específicas exemplificações históricas¹³.

Nesta perspectiva do vínculo entre política e história, o centro da reflexão, em Gramsci, sempre foi ocupado pelo *político* e não pelo *social*. De fato, ao tomar a História como campo de reflexão, Gramsci recusa-se a destronar o político do centro dessa História¹⁴. Em seu método de trabalho, Gramsci procura “extrair” dos acontecimentos históricos princípios gerais da ciência e da arte política¹⁵. O político é o fio condutor da vida e do pensamento revolucionário de Antonio Gramsci, encarnado na sua busca incessante e apaixonada de uma via para o socialismo no Ocidente.

Hegemonia no exercício do poder: direção e domínio

Fiel ao seu método de pensar princípios gerais da ciência e da arte política com base nos acontecimentos históricos, Gramsci, refletindo sobre o *Risorgimento* Italiano – mais especificamente sobre “o problema da direção política na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado Moderno na Itália” – enuncia o que denomina *de* “critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame”:

(...) *a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os*

*grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados*¹⁶.

Em verdade, Gramsci aqui enuncia o cerne de sua concepção de hegemonia, qual seja: a hegemonia de uma classe se efetiva na articulação entre direção político-ideológica e domínio. É neste ponto que está o inovador da concepção gramsciana: demarcar na tessitura da hegemonia os processos de direção e de domínio, na relação dialética consenso/força.

A idéia de articulação entre o consenso e a força nos processos de construção do poder é uma tese recorrente nas análises gramscianas. No ensaio *Americanismo e Fordismo*, ao refletir sobre mudanças no mundo do trabalho, Gramsci declara:

(...) *foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário com base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilidosíssima), e conseguindo deslocar, sobre o eixo da produção, toda a vida do país. A Hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade, para se exercer, senão de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia*¹⁷.

E, mais adiante, ao discutir a questão dos altos salários no modo de organização fordista, volta a enfatizar a exigência da articulação entre força e consenso:

(...) *A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode dar-se apenas através da coerção social (...) o aparato de coerção necessário, para obter o resultado pretendido, custaria mais do que os altos salários. A coer-*

*ção deve por isso ser sabiamente combinada com a persuasão e com o consenso*¹⁸.

A rigor, ao longo das suas reflexões histórico-teóricas, Gramsci distingue dois modos de manifestação da hegemonia de uma classe na sociedade:

- um, pela direção intelectual e moral que se faz através da persuasão, promovendo a adesão por meios ideológicos na formação de um consenso de classe;

- outro, pelo domínio que supõe o acesso ao poder e o uso da força, compreendendo a função coercitiva.

Logo, a hegemonia exige a adesão em torno de uma classe, seja por suas frações de classe, seja por outra classe, implicando:

- *coesão por oposição*, enquanto *relação no interior da própria classe entre as frações de classe* sob a direção de uma delas, num processo de distanciamento da outra classe fundamental, o que instaura uma coesão de classe;

- *domínio*, enquanto *relação entre classes dominantes e dominada*, o que instaura uma adesão entre classes¹⁹.

Esta distinção dos dois modos de tessitura da hegemonia de uma classe é o diferencial - a "pedra de toque" - na perspectiva gramsciana da conquista do poder no interior da luta de classes. De fato, Gramsci, ao mostrar que a hegemonia pressupõe direção político-ideológica dos grupos afins e aliados e domínio dos grupos adversários, permite conceber algo até então não considerado no pensamento marxista revolucionário: a perspectiva processual de construção política da hegemonia com a possibilidade efetiva das classes subalternas começarem o seu processo hegemônico, ainda na ordem do capital, construindo a sua direção político-ideológica, fazendo-se dirigente dos grupos afins e aliados, inclusive, como uma das principais condições para a conquista do poder. Sustenta Gramsci, ao

discutir a questão da direção política no embate entre "Moderados" e "Partido de Ação"²⁰ nos processos de desenvolvimento da nação e do Estado Moderno na Itália:

*(...) um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também dirigente*²¹.

É este um avanço no interior do pensamento marxista. Gramsci nega a hegemonia somente a partir do acesso ao poder governamental, argumentando:

*[que] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz*²².

Este enfoque gramsciano, segundo o qual "não se deve contar apenas com a força material que o poder confere", abre uma instigante via na discussão estratégica da hegemonia das classes subalternas: a exigência histórica de uma transformação ideológica²³. Tal transformação significa, concretamente, a superação do domínio ideológico imposto aos dominados, "como cimento", na unificação do bloco social²⁴. A rigor, esta superação vai se efetivando com o desenvolvimento de uma atitude crítica que permite às classes dominadas "romper a unidade baseada na ideologia tradicional, sem cuja ruptura a força nova não poderia adquirir consciência da própria personalidade independente"²⁵. E, nessa ruptura, a classe dominada vai construindo sua própria concepção de mundo, atingindo um nível de organização e autonomia que lhe dá condições de avançar na luta pela conquista do

domínio político, materializado na conquista do poder governamental. Em verdade, este processo de ruptura/construção é a conquista da autonomia da classe dominada na ordem do capital, gestando-se, assim, uma “força dotada de ardor combativo” que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável. E, esta força organizada e preparada para avançar no combate é o elemento decisivo de cada situação. Logo, a tarefa essencial na construção do processo hegemônico das classes subalternas, na sociedade capitalista,

(...) consiste em dedicar-se, de modo sistemático e paciente a formar essa força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si²⁶.

Ao ampliar as perspectivas de construção da hegemonia através da articulação entre direção e domínio, afirmando, assim, a possibilidade de hegemonia das classes dominadas, Gramsci tem a exata dimensão do lugar social distinto das classes dominantes e das classes subalternas, no jogo de forças a lhes conferir diferentes possibilidades “de fazerem a sua história”. E, movido pela sua paixão política de pensar estratégias para a hegemonia dos dominados, mergulha na compreensão das suas condições efetivas de fazer a sua própria história nas relações de força com os dominantes. E Gramsci reflete, sistemática e permanentemente, sobre os dominantes. Ao fazê-lo, está como que examinando o “terreno do adversário” e, simultaneamente, idealizando estratégias para a força nova constituir a sua autonomia libertadora. Ao discutir, no Caderno 25, o que denomina *Às margens da história/História dos Grupos Sociais Subalternos*, Gramsci configura como “critérios de método”:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos

Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados²⁷.

É importante atentar para esta demarcação gramsciana: *a história das classes dirigentes é a história dos Estados*, sendo o espaço estatal o *locus* privilegiado da sua organização onde estas classes atuam, garantindo a sua unificação no âmbito das relações entre sociedade política e sociedade civil. Já as classes subalternas atuam, prioritariamente, na sociedade civil, construindo uma história descontínua e desagregada: é a história de luta nos embates por uma unidade que só se efetiva com o domínio do Estado. Esta diferença de *locus* de atuação é um fator decisivo em termos de delimitar estratégias e formas de luta na constituição de processos hegemônicos. A rigor, esta é uma expressão da luta de classes que revela possibilidades e limites de forças sociais que, pelo seu próprio lugar na ordem do capital, constroem suas histórias de forma própria: os dominantes no *centro da história*, dispendo de todos os aparelhos estatais e todas as regalias oficiais; os subalternos *às margens da história*, atuando nas trincheiras da sociedade civil.

Aprofundando “critérios metodológicos” nesta análise dos que estão “às margens da história”, Gramsci chega à conclusão de que, em termos de relações de força, no sentido de

se pensar os caminhos da luta dos dominados pela hegemonia,

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória "permanente" rompe, e não imediatamente, a subordinação ²⁸.

Nessa análise, Gramsci chama atenção para a variável *intervenção dos dominantes na história dos grupos subalternos*, ao mesmo tempo em que adverte: mesmo nos momentos de insurreição, os dominados *sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes*. É essa uma dimensão da própria subordinação que só se rompe com a vitória permanente. Esta interferência efetiva da classe dirigente no grupo adversário está encarnada na história italiana, mais precisamente, nas conexões entre as correntes políticas do *Risorgimento*: "Moderados" e "Partido de Ação"²⁹. Em suas análises políticas da historiografia da Itália, afirma Gramsci:

(...) historicamente o Partido de Ação foi guiado pelos Moderados: a afirmação atribuída a Vitor Emanuel II de 'ter no bolso' o Partido de Ação, ou algo semelhante, é praticamente exata, e não só pelos contatos pessoais do Rei com Garibaldi, mas porque, de fato, o Partido de Ação foi dirigido 'indiretamente' por Cavour e o Rei ³⁰.

E Gramsci examina a inserção política diferenciada dos chefes de cada um dos agrupamentos – *Cavour dos Moderados e Mazzini e Garibaldi do Partido de Ação* – como um elemento a interferir nos rumos da vida italiana, a partir de 1848, via *Risorgimento*, nas formas e nos limites em que ele se realiza, encarnando uma "revolução sem revolução", ou seja, uma *revolução passiva*:

(...) deve-se considerar que, enquanto Cavour tinha consciência de sua missão (pelo menos em certa medida), já que compreendia a missão de Mazzini, este parece que não tinha consciência nem de sua própria missão nem da missão de Cavour; se, ao contrário, Mazzini tivesse tido tal consciência, isto é, se tivesse sido um político realista e não um apóstolo iluminado (ou seja, se não tivesse sido Mazzini), o equilíbrio resultante da confluência das duas atividades teria sido diferente, mais favorável ao Mazzinismo: isto é, o Estado Italiano teria se constituído em bases menos atrasadas e mais modernas ³¹.

A partir dessa interpretação das forças políticas encarnadas nos *Moderados* e no *Partido de Ação*, Gramsci considera a interferência dos dominantes na história dos grupos dominados como uma decorrência esperada. Em suas palavras:

De resto, isto era 'normal', dada a estrutura e a função dos grupos sociais representados pelos Moderados, das quais os Moderados eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânico. Para o Partido de Ação, o problema se apresentava de modo diverso e diferentes sistemas organizativos deveriam ter sido empregados ³².

Em verdade, Gramsci chama atenção para a diferença essencial no processo de organização

das classes dominantes e das classes subalternas, na sociedade italiana, particularmente no contexto da onda revolucionária de 1848 que assalta a Europa e, de modo peculiar, a Itália: os dominantes organizados num partido tradicional, orgânico / regular, os Moderados, com líderes racionalmente formados; as classes subalternas, organizadas numa onda popular, com líderes improvisados, surgidos ao acaso. Para Gramsci, nesse processo de constituição tão desigual, as forças tradicionais, orgânicas, terminam absorvendo as forças revolucionárias em sua organização de massa, reafirmando sua direção moral, política, intelectual. Nas palavras do próprio Gramsci,

De qualquer modo, o decorrer do processo do Risorgimento, ainda que tenha iluminado a importância enorme do movimento "demagógico" de massa, com líderes surgidos ao acaso, improvisados, etc., na realidade foi retomado pelas forças tradicionais orgânicas, isto é, pelos partidos formados há mais tempo, com elaboração racional dos líderes, etc. Em todos os acontecimentos políticos desse mesmo tipo, houve sempre o mesmo resultado (foi assim em 1830, na França, com a predominância dos orleanistas sobre as forças populares radicais democráticas, e também foi assim, no fundo, na Revolução Francesa de 1789, em que Napoleão representa, em última análise, o triunfo das forças burguesas orgânicas contra as forças pequeno-burguesas jacobinas). Da mesma forma, na guerra mundial, o predomínio dos velhos oficiais da reserva, etc. (Sobre este assunto, cf. notas em outros cadernos [183].) Em cada caso, a ausência entre as forças radicais populares, de uma consciência da missão da outra parte as impediu de ter plena consciência da própria missão e, portanto, de pesar no equilíbrio final das

*forças conforme seu efetivo poder de intervenção e, finalmente, de determinar um resultado mais avançado, num sentido de maior progresso e modernidade*³³.

Assim, a própria História ensina que a construção da hegemonia das classes subalternas, ainda na condição de subordinação, exige considerar esse elemento da intervenção dos dominantes, no sentido de ter consciência de tal interferência e enfrentá-la nessa busca da unidade provisória que vai se constituindo no exercício da direção político-ideológica. É preciso, pois, que os grupos subalternos estejam atentos às iniciativas dos grupos dominantes de romper com as suas lutas para afirmação da sua autonomia como força nova que irrompe nas trincheiras da sociedade civil, muitas vezes absorvendo-as e neutralizando-as.

A construção da hegemonia dos grupos subalternos fazendo a sua história na "cadeia de fortalezas da sociedade civil" exige uma cuidadosa e permanente análise das relações de força. Nesse sentido, Gramsci faz uma recomendação, em termos de pontos a serem devidamente avaliados nos embates com os dominantes. Diz ele:

(...) deve-se estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologia e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas destas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renascimento ou de nova formação;

3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes, para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc.³⁴.

De fato, é uma ambiciosa proposta de estudo, buscando desvendar formas de constituição dos grupos subalternos nas relações com os grupos dominantes. Em verdade, Gramsci, ao pensar a história dos subalternos, movimenta e dá consequência, em suas análises, à “perspectiva de relações” – *relação dominantes X dominados no ritmo da história* – no sentido de que não se pode pensar o processo de luta dos dominados sem considerar as estratégias dos dominantes que, inclusive, sempre assumem iniciativas, de diferentes ordens, para desarticular o esforço de unificação dos subalternos. Gramsci pensa o político em processo, o “político se fazendo”, buscando sempre “chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas”³⁵. É a sua marca, expressa na relação orgânica história/ política como fundamento de suas “análises histórico-políticas”.

Revolução Passiva: revolução-restauração ou “transformação a partir de cima”

Gramsci, em suas reflexões no cárcere, efetiva uma verdadeira “etnografia crítica” nas entranhas da vida italiana³⁶, conseguindo apropriar-se da tessitura dos processos hegemônicos nas relações internas a cada classe fundamental e nas relações que estas classes mantêm entre si³⁷.

Nesse seu empreendimento reflexivo, a chave analítica, segundo a qual “os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos

dominantes”, abre-lhe a via para a elaboração da sua *teoria da revolução passiva*. Conforme afirma Valentino Gerratana:

*Em suas reflexões, Gramsci insiste em deixar claro, que a teoria da revolução passiva não deve ser considerada como programa, mas sim como critério de interpretação historiográfica*³⁸.

Nas palavras do próprio Gramsci, ao alertar para os perigos do tema da *revolução passiva*:

*O tema da revolução passiva como interpretação da Era do Risorgimento e de qualquer época complexa de transformações históricas. Utilidade e perigos de tal tema. Perigo do derrotismo histórico, ou seja, de indiferentismo porque a formulação geral do problema pode fazer crer num fatalismo, etc; mas a concepção permanece dialética, isto é, pressupõe e até postula como necessária uma antítese vigorosa e que ponha intransigentemente em campo todas as suas possibilidades de explicitação. Portanto, não teoria da ‘revolução passiva’ como programa, como foi nos liberais italianos do Risorgimento, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante*³⁹.

A rigor, em Gramsci, a conceituação de *revolução passiva* permite captar, de maneira exemplar, tanto o método de trabalho quanto a relação entre paradigma interpretativo e exemplificações históricas. Na (re)construção dessa idéia, o autor argumenta claramente quanto à *vinculação orgânica entre política e história*, revelando-se o seu método de extrair dos acontecimentos históricos princípios gerais da ciência e da arte políticas.

Mais especificamente, o conceito de *revolução passiva*, nas teorizações de Gramsci,

tem por base histórica um período preciso da vida italiana, que ele interpreta genialmente como o **Risorgimento**. A esse respeito, afirma:

O Risorgimento é um desenvolvimento histórico complexo e contraditório, que se torna um todo a partir de todos os seus elementos antitéticos, de seus protagonistas e de seus antagonistas, e suas lutas, das modificações recíprocas que as próprias lutas determinam e até mesmo da função das forças passivas e latentes, como as grandes massas agrícolas, além, naturalmente, da função eminente das relações internacionais. [Ele] se realizou sem 'terror', como 'revolução sem revolução', ou seja, como 'revolução passiva', operando um Estado moderno (...) algo bastardo e um 'transformismo' 'molecular'⁴⁰.

Num olhar etimológico, constata-se que Gramsci tomou emprestada a categoria *revolução passiva* de historiadores italianos e deu-lhe outro significado. Mais precisamente, retomou-a como sugestão de Vincenzo Couco que o atribui ao *primeiro período do Risorgimento italiano*⁴¹. Afirma Gramsci, ao concluir um dos fragmentos em que discute o conceito de *revolução passiva*, no caderno *Miscelâneo 15*:

*(...) o ponto de partida deste estudo será o trabalho de Vincenzo Couco, mas é evidente que a expressão de Couco a respeito da Revolução Napolitana de 1799 não passa de uma sugestão, porque o conceito foi completamente modificado e enriquecido*⁴².

Em Gramsci, o conceito de *revolução passiva* assume uma dimensão original em termos de "revolução-restauração". Nesta perspectiva, é:

(...) a expressão prática das necessidades da 'tese' de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir

*incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar 'superar', isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese*⁴³.

Assim, tomando a *revolução passiva* como critério de interpretação historiográfica, Gramsci vincula este conceito às

*(...) modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações*⁴⁴.

No sentido de *modificações moleculares*, a *revolução passiva*, no interior da análise gramsciana, vincula-se a uma mudança na luta política. No curso de sua pedagogia reflexiva, tomando como referência histórica o *Risorgimento Italiano* e, mais especificamente, as relações *Moderados X Partido de Ação*, Gramsci levanta uma questão-chave: (...) "existe uma identidade absoluta entre guerra de posição e revolução passiva?" Ou, pelo menos, existe ou pode ser concebido todo um período histórico no qual os dois conceitos devem se identificar, até o ponto em que a guerra de posição volte a se transformar em guerra manobrada? E conclui: "Deve-se formular um juízo 'dinâmico' sobre as 'Restaurações' que seriam uma 'astúcia da providencia' no sentido de Vico"⁴⁵.

E, refletindo sobre as *Restaurações*, Gramsci estabelece o *nexo orgânico entre revolução passiva e guerra de posição*, explicitando-o em diferentes passagens dos *Cadernos do Cárceré*⁴⁶. No caderno *Miscelânea 15*, § 11, Gramsci, ao concluir a configuração da *revolução passiva* como desenvolvimento da "tese" que incorpora parte da "antítese", esclarece:

(...) exatamente nisto consiste a revolução passiva ou revolução – restauração.

*Neste ponto, deve-se por certo considerar a questão da passagem da luta política de 'guerra manobrada' para 'guerra de posição', o que, na Europa, ocorreu depois de 1848*⁴⁷.

Este nexos "revolução passiva / guerra de posição" enfatiza, justamente, uma forma de luta política fundada em um trabalho sistemático, cumulativo de *mudanças moleculares* pelo qual os poderosos modificam, *lentamente*, as relações de força para neutralizar os seus "inimigos de baixo", construindo uma "transformação a partir de cima", uma "transição pelo alto".

Em verdade, nos *processos moleculares* de *revolução passiva*, os segmentos politicamente hegemônicos da classe dominante e dirigente tentam "meter no bolso"⁴⁸ os adversários e opositores políticos, incorporando, inclusive, parte de suas reivindicações, embora despojadas de todo o "perigo revolucionário". É nesta perspectiva que Nestor Kohan, em artigo sobre Hegemonia em Gramsci, abre uma discussão sobre *revolução passiva* com o sugestivo título: "O inimigo toma a iniciativa". E, argumenta que Gramsci elaborou a categoria "revolução passiva", justamente, para pensar os momentos difíceis nos quais "segmentos hegemônicos da burguesia tentam, com medidas 'progressistas', pôr-se à cabeça das mudanças, a fim de desarmar, dividir e neutralizar os mais intransigentes e radicais"⁴⁹.

De fato, Gramsci teoriza sobre *revolução passiva*, como chave interpretativa dos momentos históricos de *restauração* que constituem épocas complexas de transformações históricas. Assim sendo, designa como *revolução passiva* aquela "forma política pela qual as lutas sociais encontram cenários bastante elásticos, de forma a permitir que a burguesia ascenda ao poder sem rupturas clamorosas"⁵⁰

Em fidelidade ao nexos história-política que estrutura seu pensamento, Gramsci deixa claro que essa estratégia política dos dominantes da *revolução passiva* de "transformação pelo

alto", no sentido de uma "revolução sem revolução", exige considerar, com exatidão, o problema da "relação entre condições objetivas e condições subjetivas"⁵¹. Neste sentido, alerta que é preciso evitar que a questão seja formulada em termos "intelectualistas" e não "histórico-políticos". E afirma: "Parece evidente que jamais podem faltar as chamadas condições subjetivas quando existem as condições objetivas".

Especificando particularmente as *condições subjetivas*, Gramsci enfatiza a *questão das descobertas decorrentes da clareza teórica serem incorporadas como consciência*, no âmbito do trabalho político, ou seja, não se limitarem a revelações individuais, mas serem elementos da consciência coletiva. Nas palavras do autor:

É fato pacífico que a 'clareza' intelectual dos termos da luta é indispensável, mas esta clareza é um valor político quando se torna paixão difundida e é a premissa de uma forte vontade. Nos últimos tempos, em muitas publicações sobre o Risorgimento, 'revelou-se' que existiam personalidades que viam claro, etc. (lembrar a valorização de Ornato feita por Piero Gobetti), mas estas 'revelações' destroem-se por si mesmas exatamente por serem revelações; elas demonstram que se tratava de elocubrações individuais, que hoje representam uma forma de 'juízo retrospectivo'. Na verdade, jamais se puseram à prova na realidade efetiva, jamais se tornaram consciência popular-nacional difusa e atuante.

A partir destas reflexões, Gramsci volta o foco para a discussão das condições subjetivas na *revolução passiva*, encarnada no *Risorgimento Italiano*. E, na sua pedagogia expositiva, parte de uma questão:

Entre o Partido de Ação e o Partido Moderado, qual dos dois representou as 'for-

ças subjetivas' efetivas do Risorgimento? Por certo, o Partido Moderado, e precisamente porque também teve consciência da missão do Partido de Ação: por causa desta consciência, sua 'subjetividade' era de uma qualidade superior e mais decisiva.

Imerso nesta via fundante história-política que exige considerar a "relação condições objetivas e condições subjetivas" na tessitura da História, Gramsci vincula a sua teoria da *revolução passiva* à problemática marxista da transição. Nesta perspectiva, resgata a *Introdução à Crítica da Economia Política*, de Marx, declarando: "Parece que a teoria da revolução passiva é um corolário crítico necessário da *Introdução à Crítica da Economia Política*"⁵².

Assim, Gramsci explicita que o conceito de *revolução passiva* decorre de dois princípios teórico-políticos básicos, enunciados por Marx na *Introdução à Crítica da Economia Política*. Nas suas palavras, no caderno *Miscelânea 15*:

O conceito de 'revolução passiva' deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento progressista; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. (...) ⁵³.

E, Gramsci sublinha que "estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda a sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo"⁵⁴.

Para Christine Buci-Glucksmann, o resgate destes princípios em Gramsci

(...) parece concernir um ponto estranhamente ausente do Prefácio de Marx:

o papel e a natureza do Estado de transição, o caráter revolucionário 'radical' ou 'passivo' sempre da transição, enfim a sua especificidade histórica⁵⁵.

É este, a meu ver, um elemento-chave característico da reflexão gramsciana: a consciência profunda de historicidade que o faz, sempre, fugir de esquemas teóricos generalizantes, de modelos universais, num combate intransigente às versões mecanicistas e fatalistas.

Na sua análise da especificidade histórica dos processos políticos, ao confrontar, dialeticamente, as noções de *transição* e *revolução passiva*, Gramsci trabalha "elementos de uma teoria política da transição como um processo específico em relação a uma situação histórica, em relação a um 'equilíbrio de forças'"⁵⁶. A rigor, a teoria da transição está presente na análise gramsciana dos "três momentos nas relações de força"⁵⁷, assim configurados:

[1º momento]:...*relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura, objetiva independente da vontade dos homens.*

[2º momento]:...*relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais.*

[3º momento]:...*relação das forças militares, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta.*

E, ao enfatizar os dois princípios marxianos da transição como fonte de sua teorização de *revolução passiva*, Gramsci argumenta que tais princípios devem ser referidos à descrição desses três momentos que configuram um 'equilíbrio de forças'. E, assim, confere uma dimensão histórico-processual à transição, fazendo destaques:

(...) o máximo de valorização do segundo momento, ou equilíbrio das forças políticas e, especialmente do terceiro momento ou, equilíbrio políticomilitar⁵⁸.

A teoria gramsciana da *revolução passiva* abre uma fecunda via de interpretação histórica de momentos peculiares de restaurações, no âmbito das relações de força. O próprio Gramsci destaca o potencial analítico dessa teoria, ao afirmar nos *Cadernos do Cárcere*:

*Em 1933, o conceito de revolução passiva vem, hipoteticamente, indicado como chave interpretativa de 'toda época complexa de transformações históricas'.*⁵⁹

Em verdade, o conceito de *revolução passiva* revelou sua potencialidade explicativa, suscitando analogias entre o período histórico posterior à queda de Napoleão e aquele que sucede à guerra de 1914 a 1918. De fato, à época de sua elaboração (1930-1933), a tese da *revolução passiva* assume uma conotação de atualidade como critério de interpretação histórica do fascismo.

Considerando a especificidade do tecido sócio-político da América Latina, marcado por “transições pelo alto”, com forças dominantes a absorver, na teia da política, movimentos de massa de insurreição das classes subalternas, a teoria da *revolução passiva* mostra a sua fecundidade interpretativa. De modo particular, se constitui chave analítica para explicar momentos da história brasileira, em termos de processos de restauração do domínio das elites – *momento de tese* – a partir da absorção de movimentos democrático-populares que ousaram ameaçar a ordem estabelecida – *momento de antítese*. Nessa perspectiva, merecem especial destaque produções de Carlos Nelson Coutinho e de Marco Aurélio Nogueira. Estes autores interpretaram momentos da nossa História, a partir do conceito de *revolução passiva*, adentrando em processos de reação dos dominantes aos movimentos esporádicos, pontuais, de massas, encarnando expressões democráticas que foram bloqueadas e domesticadas⁶⁰.

Estou convicta da pertinência do conceito de *revolução passiva* como via interpretativa do

Brasil Contemporâneo, nos últimos 15 ou 20 anos. De fato, a história recente da vida brasileira, tecida na confluência contraditória da democratização e do ajuste à nova ordem do capital, vem gestando fenômenos sócio-políticos que configuram processos de reação dos dominantes ante ameaças ao poder instituído, pela via de movimentos populares e/ou de conquistas democráticas. São “transições pelo alto”, urdidas na especificidade das teias políticas brasileiras a incitar processos de reflexão, permitindo uma apropriação lúcida dos complexos circuitos da História Brasileira. É esta uma linha investigativa a ser trilhada na análise do tecido contraditório da “História se fazendo” e que bem revela a *atualidade de Gramsci para além de seu país e de seu tempo*.

Os desdobramentos da vida contemporânea com suas redefinições da economia, da política e da cultura se constituem num campo empírico instigante, a ser devidamente compreendido pelos que assumem a interpretação da vida social como dever de ofício, na perspectiva de desvendar sentidos e significados do presente. E no exercício de interpretar esse mundo contemporâneo, Gramsci revela sua fecundidade, abrindo caminhos para pensar. Assim, temos certeza de que, nos cárceres do fascismo, Gramsci conseguiu chegar à sua pretensão: construir uma obra, inegavelmente, “fui evig”.

Notas

¹ Para adentrar no Brasil Contemporâneo que vem se gestando nos últimos 20 ou 25 anos, considero que uma chave analítica a abrir vias de estudo é focalizar esta *confluência de democratização e ajuste*, encarnando projetos políticos qualitativamente distintos que se misturam, contraditoriamente, nas tramas de nossa história, numa disputa de perspectivas e direcionamentos sócio-políticos.

² Os *Cadernos do Cárcere*, de Gramsci, são constituídos por 33 cadernos escolares de capa dura, sendo 29 cadernos temáticos, divididos em dois tipos: “cadernos *Miscelâneos*” e “cadernos especiais”. Nos “cadernos *Miscelâneos*”, Gramsci redige notas sobre variados temas; já nos “cadernos especiais”, reúne apontamentos

sobre temas específicos. A numeração desses cadernos, de 1 a 29, em função da ordem cronológica, é de responsabilidade de Valentino Gerratana, a partir de rigorosos critérios filológicos para encontrar uma datação o mais possível exata. A “nova edição” brasileira aqui referida, organizada em 6 volumes, toma como eixos articuladores os “cadernos especiais”, acompanhados por notas constantes nos *Cadernos Miscelâneas*, relativas ao conteúdo básico de cada um dos *Cadernos Especiais*. Uma análise minuciosa da constituição dos *Cadernos do Cárcere* e de suas edições, bem como uma explicitação detalhada da dinâmica expositiva desta nova edição, encontra-se na **Introdução** do volume I, elaborada por Carlos Nelson Coutinho.

⁵ O marxista contemporâneo *Moishe Postone*, na sua (re)interpretação da teoria de Marx, em artigo intitulado “Repensando a crítica de Marx ao Capitalismo” (2000), afirma que transformações recentes “estimularam poucas análises críticas, desenvolvidas a partir de uma perspectiva que apontasse para a possível superação do capitalismo”. E, segundo ele, “isto pode ser interpretado como expressão de incerteza teórica” (POSTONE, 2000: 102). Penso que, neste contexto, a obra de Gramsci, aponta caminhos.

⁶ Ao ser preso pelo fascismo, em 8 de novembro de 1926, Antonio Gramsci solicitou que o deixassem escrever; mas, somente em janeiro de 1929, depois de dois anos e quatro meses, obteve permissão para escrever. Precisamente, em 8 de fevereiro de 1929, Gramsci começou a redigir os seus apontamentos, iniciando o primeiro “caderno do cárcere”. E, no período de 6 anos, ou seja, de fevereiro de 1929 a abril de 1935 (*até quando sua saúde lhe permitiu escrever*), Gramsci produziu sua obra no cárcere.

⁷ Antes da prisão, Gramsci tinha uma obra datada, marcada por circunstancialidades: artigos jornalísticos, informes políticos, cartas sobre questões de estratégia revolucionária e, ainda em elaboração ao ser preso, um ensaio mais denso, intitulado “Alguns temas da questão meridional”. Gramsci considerava essa sua obra uma produção para o “dia-a-dia”. Na prisão, em carta à cunhada Tatiana Schucht, de 19 de março de 1927, revelava estar dominado pela idéia de que “precisaria fazer alguma coisa *fur evig*”, ou seja, “para a eternidade”, usando uma concepção de Goethe. Nessa carta, apresenta um programa de trabalho intelectual a ser desenvolvido no cárcere.

⁸ Gramsci, em sua construção teórico-política, no início do século XX, estabelece a distinção entre *Oriente*

e *Ocidente* com base em um critério político, tomando como referência a *sociedade civil*, que, nas suas tematizações do cenário de *socialização da política*, é vista como “conjuntos de organismos comumente ditos ‘privados’ que corresponde à função de Hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade”. Logo, Oriente e Ocidente, na análise gramsciana, são demarcações políticas que apontam para tipos qualitativos distintos de formações sociais a exigir estratégias revolucionárias diferenciadas. É nesta perspectiva que Gramsci desenvolve uma questão-chave em sua teoria política: a passagem da guerra manobrada e do ataque frontal à guerra de posição.

⁷ É impropriedade pensar a obra pré-carcerária e a obra do cárcere como produções separadas, independentes como se existissem “dois Gramsci”: o jovem militante com sua obra jornalística; o pensador do cárcere com uma obra peculiar de teoria política. Em verdade, têm-se duas obras com naturezas distintas, mas profundamente articuladas por um fio condutor: a questão do poder na perspectiva da construção de uma nova *civiltá* pelas classes dominadas na ordem capitalista. Logo, em toda a produção gramsciana tem-se a permanência da temática central e a fidelidade do método de trabalho de pensar o político nos processos concretos da História.

⁸ Nestor Kohan, no artigo “O poder da Hegemonia – Apontamentos sobre a teoria marxista”, chama atenção para a idéia de Gramsci segundo a qual o poder não é algo que resida no aparelho do Estado, não é uma “coisa”, e sim um processo, tecido nas relações. Assim, Kohan assinala este aspecto inovador da discussão gramsciana, tematizando, mais de quatro décadas antes de Michel Foucault, essa perspectiva ampla de poder.

⁹ Para este enfoque das relações na constituição dos processos hegemônicos, ver a análise de Miriam Limoeiro Cardoso sobre a hegemonia em Gramsci, no seu livro *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ (1978)*: p. 72-76.

¹⁰ É com estes elementos que Gramsci configura o que chama de Ocidente, em contraposição ao que nomeia de Oriente: sociedades em que o “Estado era tudo, a sociedade civil era primitivista e gelatinosa”. Esta demarcação conceitual encontra-se no Caderno 7 dos *Cadernos Miscelâneos*, § 16 – vol. 3, dos *Cadernos do Cárcere*: p. 262. É esta distinção *Oriente e Ocidente* uma chave de leitura para a compreensão da hegemonia.

¹¹ O pensamento político de Lênin se constitui na referência básica das reflexões gramscianas. Gramsci

considera o leninismo uma concepção específica do mundo sem a qual seria impossível compreender Marx, na medida em que Lênin continua e atualiza Marx. Para Christine Buci-Glucksmann (1979), o Lênin gramsciano é essencialmente o fundador de um Estado Novo, um teórico da revolução. E, segundo ela, esse leninismo de Gramsci não é um fato individual, e sim, o resultado de uma prática coletiva que é a prática do partido comunista italiano como “intelectual coletivo”, verificando-se a influência decisiva de Lênin nas reflexões de outros dirigentes comunistas. No caso específico das reflexões sobre o conceito de hegemonia, afirma Buci-Glucksmann que Gramsci o retoma explicitamente de Lênin, no âmbito de um trabalho de clarificação teórica e política a que se dedica durante sua permanência em Moscou, no período entre 1923-1924 (Cf. Buci-Glucksmann, Christine. *GRAMSCI y el Estado*. 3ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1979: 211-3 e 223).

- ¹² Nas elaborações leninistas, hegemonia é concebida como o complexo processo através do qual se exerce a direção da força social na confrontação política da luta de classes. Logo, Lênin, em sua perspectiva de dominação política, já aponta para o duplo processo de direção política e de força / violência, ampliando, assim, a via de análise da hegemonia.
- ¹³ Este comentário sobre a lógica de construção gramsciana constitui uma via de estudo para adentrar na sua produção político-histórica. Resgatei-o do vocabulário gramsciano. *Revolução Passiva*, no site [www: artnet.com.br/gramsci/arquiv52](http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv52).
- ¹⁴ Sobre esta centralidade do político na análise da História, retomar as apreciações de Modesto Florenzano, professor de História da USP, em sua resenha do vol. 5 dos *Cadernos de Cárcere*, publicada na Folha de São Paulo. *Jornal de Resenhas*, 13 de abril de 2002, p. 9.
- ¹⁵ Este método de trabalho é configurado, de forma exemplar, na construção do conceito de *revolução passiva*, em que Gramsci focaliza o *Risorgimento* Italiano como base para a tematização do referido conceito.
- ¹⁶ Esta passagem está no § 24 do Caderno 19 (1934 – 1935): [*Risorgimento* Italiano], in *Cadernos do Cárcere*, vol. 5, 2002: 62.
- ¹⁷ Fragmento do ensaio *Americanismo e Fordismo*, item “Racionalização da composição demográfica européia”, in Gramsci, Antonio. *Obras escolhidas*. Martins Fontes, 1978. Em nota explicativa na abertura do referido ensaio é explicitado que o texto foi extraído das “Opere: Note sul Machiavelli sulla política e sullo Stato moderno”, Torino, Einaudi, 1950.
- ¹⁸ Fragmento do ensaio *Americanismo e Fordismo*, item

“Os altos salários” in op. cit.

- ¹⁹ Miriam Limoeiro Cardoso, na década de 1970, em seus dois livros – *La construcción de conocimiento* (1977) e *Ideologia do Desenvolvimento* (1978) – interpreta o conceito de hegemonia em Gramsci, afirmando que a concepção gramsciana dá conta das relações travadas entre as classes sociais, especificamente fora do terreno da produção. Cardoso trabalha a tese de que a hegemonia em Gramsci, não exige o exercício do poder para pensá-la, exigindo, sim, “a adesão em torno de uma classe, seja por outra classe, seja por suas frações de classe”. Nesta perspectiva, sustenta que a novidade da concepção gramsciana de hegemonia é destacar os dois modos pelos quais ela se manifesta, abrindo a possibilidade de se pensar a hegemonia também em relação às classes sociais dominadas (CARDOSO, 1978: 72-73).
- ²⁰ *Moderados e Partido de Ação* constituíam duas forças políticas adversárias, a partir de 1848, no âmbito do *Risorgimento* Italiano. A rigor, são duas forças que encarnam interesses de classe distintos, configurando formações políticas de natureza diferenciada: os Moderados, constituindo um partido político regular, orgânico, tradicional representando a burguesia em pleno desenvolvimento e a nobreza emburguesada; o Partido de Ação, encarnando uma onda popular democrática, desordenada, “carismática”, “extemporânea”, irrompendo em 1848, com base numa pequena burguesia radical.
- ²¹ § 24 do Caderno 19, op. cit.
- ²² Este é um argumento trabalhado na discussão sobre a direção política, § 24 do Caderno 19, op. cit.
- ²³ Nessa posição de Gramsci está expressa a sua tese da *ação positiva da ideologia*, da sua eficácia no processo hegemônico, enquanto força que tem um papel decisivo na luta de classes, exercendo, tanto do ponto de vista dos dominantes, como dos dominados, funções específicas de aglutinação, coesão e organização de classe, a partir da existência de condições objetivas. O reconhecimento da necessidade e possibilidade da transformação ideológica antes da tomada do poder mostra que, se por um lado, a ideologia é um instrumento de dominação, por outro, também pode ser um instrumento de libertação. Os grupos dominados, para libertarem-se, precisam elaborar sua própria concepção de mundo, precisam desenvolver uma transformação ideológica porque é no domínio da ideologia que a dominação estruturada, em termos da produção, se reproduz e se consolida. Observe-se o realce dado à força da ideologia na luta de classes, o seu sentido

ora positivo, ora negativo, no interior dessa luta. No âmbito da perspectiva de revolução, Gramsci aponta, assim, para a força da ideologia dos dominados, quando ela consegue constituir-se de forma autônoma face à ideologia dominante.

²⁸ Esta idéia da ideologia como “cimento do bloco histórico” encontra-se no Caderno 11, § 12, *Cadernos do Cárcere*, vol 1: 98-99

²⁹ Esta tese é apresentada no fragmento “A ciência da política”, in Gramsci, Antonio. *Maquiavel, Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978: 11.

³⁰ Caderno 13, § 17, vol. 3: 46, justamente na conclusão da “análise das situações: relações de força”.

³¹ Caderno 25, § 5, vol. 5 dos *Cadernos do Cárcere*, 2002: 139-140.

³² Caderno 25, § 2, vol. 5 dos *Cadernos de Cárcere*, 2002:13.

³³ Adentrando no tecido sócio-político italiano, à época do *Risorgimento*, para entender as conexões entre as duas correntes políticas e, especificamente, a relação de subordinação do Partido da Ação em relação aos Moderados, Gramsci esclarece: “os Moderados representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas [...] ao passo que o chamado Partido de Ação não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, segundo os interesses dos Moderados” (Caderno 19, § 24, *Cadernos do Cárcere* vol. 5: 62). Assim, as fragilidades do Partido de Ação, a partir da sua própria base social, permitem que os Moderados consigam exercer a sua direção intelectual, moral e política, através de diferentes mecanismos, inclusive absorvendo elites do Partido de Ação.

³⁴ Caderno 19, § 24, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 62. Cabe esclarecer que estes personagens nomeados no texto estão vinculados ao momento histórico italiano do *Risorgimento*, chefiando os dois agrupamentos-chave na disputa em relação à via para a unidade e independência nacional: *Cavour* é chefe dos *Moderados*, representante da burguesia em pleno desenvolvimento e da nobreza emburguesada, defendendo a solução monárquica e piemontesa como via; *Garibaldi* e *Mazzini* são chefes do *Partido de Ação* que representa a pequena burguesia radical, defendendo a solução republicana.

Ressalte-se ser justamente com base na direção dos Moderados sobre os adversários, circunscritos no Partido de Ação, que Gramsci tematiza a emergên-

cia dos fenômenos do “transformismo” e da própria *Revolução Passiva*, ou seja, “revolução sem revolução”, em que as classes dirigentes, através de métodos de variada eficácia, absorvem, de forma gradual e contínua, os elementos ativos dos grupos adversários. Especificamente, o fenômeno de *Revolução Passiva* se constitui num eixo de análise no presente trabalho.

³⁵ Caderno 15, § 11, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 317.

³⁶ Esta passagem é uma continuidade de argumentação apresentada na citação anterior, resgatada no Caderno 19, § 24, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 63.

³⁷ Caderno 15, § 15, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 321.

³⁸ Caderno 25, § 5, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 140.

³⁹ Caderno 13, § 17, justamente quando Gramsci começa configurar o que denomina de “análise das situações: relações de força”; in *Cadernos do Cárcere*, vol. 3: 36.

⁴⁰ Resgato, aqui, esta expressão das análises de Moishe Postone, no trabalho já citado, quando, ao referir-se a categorias fundamentais da crítica de Marx à economia política, afirma que “elas se apresentam como se fossem categorias de uma etnografia crítica da sociedade capitalista realizada em suas entranhas...” (2000: 109).

⁴¹ Em Gramsci, *classes fundamentais* são as classes que “pelo lugar que ocupam no seio de um modo de produção historicamente determinado estão em condições de assumir o poder e a direção de outras classes” (PIOTTE, JM *La pensée politique de Gramsci*, p. 23. In: CARVALHO, 1983: 43). No caso do modo de produção capitalista, são duas: a burguesia e o proletariado.

⁴² *Cadernos do Cárcere*, vol. 5, na contracapa.

⁴³ Caderno *Miscelâneo*, 15, § 62, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 331-332.

⁴⁴ Está em Florenzano Modesto, no artigo “A Revolução Passiva”, *Jornal de Resenhas*, 13 de abril de 2002, Folha de São Paulo, p. 9.

⁴⁵ Caderno *Miscelâneo* 15, § 11, vol. 5, *Cadernos do Cárcere*, p. 316.

⁴⁶ Caderno *Miscelâneo* 15, § 17, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 322.

⁴⁷ Caderno *Miscelâneo* 15, § 11, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 318, justamente quando Gramsci explicita em que consiste a revolução passiva, inspirado na absorção dos democratas-revolucionários do Partido de Ação pelos políticos tradicionais dos Moderados, no âmbito do *Risorgimento* Italiano.

⁴⁸ Caderno *Miscelâneo* 15, § 11, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 317.

⁴⁹ Caderno *Miscelâneo* 15, § 11, *Cadernos do Cárcere*,

- vol. 5: 316-317.
- ⁴⁰ No Caderno *Miscelâneo* 15, § 15, Gramsci abre um fragmento reflexivo, intitulado "Maquiavel": "...A relação 'revolução passiva-guerra de posição' no *Risorgimento Italiano*"; ainda neste mesmo Caderno *Miscelâneo* 15, § 11, ao problematizar a vinculação revolução passiva / guerra de posição, afirma: "Um problema é este: na luta Cavour-Mazzini, em que Cavour é o *exponente da revolução passiva-guerra de posição* e Mazzini da iniciativa popular-guerra manobrado, não serão ambos indispensáveis na mesma e precisa medida?"
- ⁴⁷ Caderno *Miscelâneo* 15, § 11, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 318.
- ⁴⁸ Esta expressão é usada pelo próprio Gramsci no Caderno *Miscelâneo* 15, § 25, referindo-se à fala de Vitor Emanuel II, rei da Itália à época do *Risorgimento*: "Temos no bolso o Partido de Ação". Comenta ele, então, que nesta expressão, ainda que grosseira, "há mais sentido histórico-político do que em todo o Mazzini" (*Cadernos do Cárcere* vol. 5: 323).
- ⁴⁹ Ver artigo de Nestor Kohan sobre Hegemonia em Gramsci, no site <http://resistir.info>. O original encontra-se em <http://www.rebellion.org/argentina/03122kohan>. A tradução deste texto é de Carlos Nelson Coutinho.
- ⁵⁰ Este trecho está nos originais italianos dos *Cadernos do Cárcere*, mais precisamente em QCp 134. Resgatei-o da configuração de *Revolução Passiva* no Vocabulário Gramsciano, no site www.artnet.com.br/gramsci/arquiv52
- ⁵¹ Essa reflexão sobre a relação entre condições objetivas e condições subjetivas nos processos de revolução passiva encontra-se no Caderno *Miscelâneo* 15, § 25, *Cadernos do Cárcere* vol. 5: 322-323. As citações aqui apresentadas relativas a esta discussão estão no referido fragmento.
- ⁵² *Quaderni del Cárcere*, edição crítica organizada por Valentino Gerratana, Turim, 1975: 18-27. In: Christine Buci-Glucksmann sobre os problemas políticos de transição: classe operária e revolução passiva, p. 119.
- ⁵³ Caderno *Miscelâneo* 15, § 17, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 321.
- ⁵⁴ Id. *Ibid.*
- ⁵⁵ Buci-Glucksmann *opp.cit.* p. 119.
- ⁵⁶ É esta uma chave analítica configurada por BUCI-GLUCKSMANN. *Opp.cit.* p. 120
- ⁵⁷ Essa análise dos "três momentos nas relações de força" é desenvolvida por Gramsci no Caderno 13 §, 15, *Cadernos do Cárcere*, vol. 3: 36-44.
- ⁵⁸ Caderno *Miscelâneo* 15, § 17, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5: 322.
- ⁵⁹ *Quaderni dal cárcere*. QC pp. 1827. *Revolução Passiva Vocabulário Gramsciano*, site www.artnet.com.br/gramsci/arquiv52.
- ⁶⁰ Refiro-me aqui, particularmente a duas produções que constituem referências em termos de trabalho reflexivo sobre o Brasil, a partir da teoria gramsciana de Revolução Passiva: - Carlos Nelson Coutinho, "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", no livro *Gramsci e a América Latina*, publicado em 1988, pela Paz e Terra; - Marco Aurélio Nogueira "Modernização conservadora e revolução passiva", no livro *As possibilidades de política*, publicado em 1998, pela Paz e Terra.

Referências Bibliográficas

BADALONI, Nicola. "Gramsci, para além de sua época e de seu país". In: *Gramsci e a América Latina*, 2ª ed., Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira (orgs.). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. "Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva". In: *Política e História em Gramsci*, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. "A Ideologia como problema teórico". In: *Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*, 2ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. "A teoria gramsciana da transformação social". In: *A Questão da Transformação e o Trabalho Social*. São Paulo: Cortez, 1983.

CARVALHO, A. e COSTILLA, Lucio Fernando Oliver. *Sistematização de discussões de aulas*. Disciplina Sociologia Política: Gramsci e a Globalização. Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFC. 1º período letivo de 2003, mimeo.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Observações metodológicas sobre os Cadernos do Cárcere". In: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In: *Gramsci e a América Latina*, 2ª ed.. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira (orgs.). São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FLORENZANO, Modesto. "A Revolução Passiva". In:

Jornal de Resenhas, 13 de abril de 2002, p. 9.
Jornal Folha de São Paulo.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. *Cartas do Cárcere*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Cadernos do Cárcere*, vol. 1, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *Cadernos do Cárcere*, vol. 5, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

POSTONE, Moishe. "Repensando a Crítica de Marx ao Capitalismo". In: *Teoria Crítica Radical, a superação do capitalismo e a Emancipação Humana*. Jorge Paiva (org). Instituto Filosófico de Práxis, 2000.

KOHAN, Nestor. "El poder y la hegemonia". In: *Madres de Plaza de Mayo* nº 6, diciembre 2003.

_____. *O poder e a hegemonia*. Apontamentos sobre a teoria marxista. www.resistir.info/argentina/poder_hegemonia.

_____. e BOLOGNA, Miguel. *Reler Gramsci*. www.resistir.info/argentina/poderhegemonia.

_____. Hegemonia. www.rebellion.org/argentina/031221kohan.htm.

VOCABULÁRIO GRAMSCIANO. *Revolução Passiva*. www.artnet.com.br/gramsci/arquiv52.

BCH-UFG
 PERIÓDICOS